

editorial
editorial

entrevista
interview

ágora
agora

tapete
carpet

artigo nomads
nomads paper

projetos
projects

expediente
credits

próxima v!rus
next v!rus

V!20

revista **V!RUS**
V!RUS journal

issn 2175-974x
ano 2020 year
semestre 01 semester
Julho 2020 July



A PAISAGEM ENQUANTO EXPERIÊNCIA: UMA ESTRATÉGIA METODOLÓGICA THE LANDSCAPE AS AN EXPERIENCE: A METHODOLOGICAL STRATEGY

MARIA CECÍLIA BOM DE LIMA, LUCIANA MARTINS SCHENK

PT | EN

Maria Cecília Bom de Lima tem graduação em Arquitetura e Urbanismo e mestrado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo. É pesquisadora do programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo no Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, e membro do Grupo de Trabalho dos Parques Urbanos de São Carlos, SP. Desenvolve pesquisa sobre conceituação e metodologia em Arquitetura da Paisagem. mariaceciliapbl@gmail.com

Luciana Martins Schenk é graduada em Arquitetura e Urbanismo e Filosofia, e Doutora em Arquitetura e Urbanismo. É professora do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, IAU-USP, e do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da mesma instituição. É presidente da Associação Brasileira de Arquitetos da Paisagem - ABAP, e co-líder do Grupo de Pesquisa YBY - Estudos Fundiários, Políticas Urbanas, Produção do Espaço e da Paisagem. Estuda cidades, desenvolvimento e paisagem, sistema de espaços livres, paisagem e projeto, projetos de ruas, praças e parques. lucianas@sc.usp.br

Como citar esse texto: LIMA, M. C. P. B.; SCHENK, L. B. M. A paisagem enquanto experiência: uma estratégia metodológica. **V!RUS**, São Carlos, n. 20, 2020. [online]. Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus20/?sec=4&item=12&lang=pt>>. Acesso em: 22 Jul. 2020.

ARTIGO SUBMETIDO EM 10 DE MARÇO DE 2020

Resumo

A noção de paisagem envolve diversos campos disciplinares como geografia, ecologia, arte, arquitetura e urbanismo, sendo que as distintas abordagens se vinculam às especificidades de cada campo. Cabe, aos arquitetos urbanistas, a paisagem segundo a perspectiva do projeto, cotejando esses campos e procurando compreender essas abordagens em seu processo de síntese na proposição de lugares. Para tanto, são desenvolvidas estratégias metodológicas que envolvem leituras que procuram abarcar as complexidades dos territórios objeto de propostas de intervenção. No contexto contemporâneo, têm ganhado espaço processos de projeto que buscam acessar a paisagem enquanto experiência fenomenológica, que agencia seus aspectos objetivos e subjetivos. Este artigo pretende discutir a questão do método de pesquisa em um campo do conhecimento que desenvolve estudos sobre a cidade e sua paisagem, e a vida urbana. Para tanto, apresenta uma estratégia metodológica de projeto da

paisagem que busca articular a leitura materializada pela frequência desse território, através da perspectiva do caminhante, às leituras convencionais, pautadas por representações cartográficas, informações quantitativas, legais e historiográficas. Essas leituras tornam visíveis, pela experiência, lugares indeterminados da cidade contemporânea e as práticas da esfera cotidiana. Tal estratégia foi ensaiada pelo Grupo de Trabalho dos Parques Urbanos de São Carlos (GTPU), que escolheu como objeto de estudo um trecho da bacia hidrográfica do Córrego Monjolinho, na cidade de São Carlos, estado de São Paulo, chegando à proposição do Parque da Orla do Monjolinho.

Palavras-chave: Paisagem, Paisagem fenomenológica, Projeto

1 Introdução

A noção de paisagem envolve diversos campos disciplinares cujas abordagens se vinculam às especificidades desses campos. Geógrafos, biólogos e ecólogos, literatos e artistas, arquitetos e urbanistas, todos têm na paisagem uma questão ou motor que são objeto de estudo e desenvolvimento segundo suas particularidades. Dos campos elencados, cabe aos arquitetos urbanistas o projeto, compreendido como a forma de imaginar, representar e construir essa paisagem. A temática da paisagem guarda uma complexidade que não se relaciona apenas à multiplicidade de perspectivas que a identificam como objeto de reflexão e ação. Ela se instala numa sutil conjunção entre dimensões objetiva e subjetiva. A paisagem é fundamentalmente relação, o ambiente físico que transforma e é transformado pelos modos de existência humanos, é a experiência vivida e expressão de uma época: a um só tempo, a paisagem é experiência direta e representação dos valores que caracterizam a relação entre humanidade e mundo (BESSE, 2014). Diante da complexidade do tema da paisagem, cumpre investigar potenciais métodos, melhor colocados como estratégias metodológicas, envolvidas nos estudos que têm como perspectiva seu projeto.

A paisagem, enquanto experiência fenomenológica (BESSE, 2006), guarda qualidades fundamentais que podem alicerçar a atividade de planejamento e projeto. Assim, engendrar sua potencial transformação é promover um encontro com seus aspectos objetivos e subjetivos, criando oportunidades para que essas informações possam ser reveladas através da experiência e potencializadas através do projeto construído e em uso. Longe de ser apenas aquilo que se abarca com o olhar, a paisagem se desdobra em camadas cujas presenças exigem do pesquisador expedientes que promovam o diálogo entre objetividades e subjetividades, de forma criadora.

A efemeridade e transitoriedade são qualidades que estão entre os aspectos da paisagem em relação ao corpo que a percorre. Aqui, a paisagem é compreendida como evento que explicita o contato do indivíduo com o mundo (DARDEL, 2015). Anterior a qualquer esforço reflexivo, a paisagem enquanto experiência direta com o real escaparia, nesse momento primeiro, das formas de representação e ultrapassaria o aspecto estritamente objetivo do meio.

Dentre as disciplinas que fazem uso do tema da paisagem, a Arquitetura da Paisagem tem como propósito apreender, interpretar e intervir no território. Desde sua constituição, esse campo lida com questões objetivas e subjetivas para promover intervenções que consideram e constroem a relação entre ser humano e natureza.

No contexto contemporâneo, sobressai uma chave de compreensão, segundo a qual arquitetos da paisagem dão ênfase aos aspectos fundamentados nos conceitos da ecologia, elaborando a partir dessa matriz de pensamento e concentrando-se em respostas pautadas nas chamadas infraestruturas verdes e serviços ecossistêmicos. O que se ressalta aqui é a pouca aderência que essa entrada de prevalência técnica teria em relação às perspectivas culturais, estéticas e subjetivas que a paisagem contempla.

Outra abordagem que vem sendo ampliada corresponde àquela que compreende a paisagem como experiência. A leitura do território atrelada a essa segunda abordagem se refere à perspectiva do caminhante e traduz uma ação relacionada à escala local, em certas aproximações, particular e cotidiana, que tem raízes históricas no campo disciplinar da paisagem. Essa leitura ganha especial força e visibilidade a partir das décadas finais do século XX até hoje (CULLEN, 1961; CARERI, 2013).

O processo de projeto vinculado a tal abordagem se mostra complexo, visto que se propõe lidar com um objeto cuja existência seria alterada pela racionalização presente em qualquer análise que acompanhe a atividade projetual. Em outras palavras, a reflexão que engatilha interpretações, ativa repertórios e impregna a *experiência original* de significações. Contudo, nesse momento, observamos, dentro do espectro subjetivo da paisagem, de que modos esse caminhar – que tem uma dimensão estética (CARERI, 2013) –, pode

participar dessa estratégia metodológica. Tal prática é capaz de sugerir a eleição de novos temas paisagísticos vinculados à esfera cotidiana das cidades e, em especial, de seus espaços de margem, isto é, lugares indefinidos que restam ao longo do processo de urbanização. São eles as margens de cursos d'água e ferrovias, os terrenos baldios, os terrenos públicos remanescentes do processo de parcelamento do solo e que ainda não foram apropriados ou não receberam usos.

O projeto em Arquitetura da Paisagem, no contexto contemporâneo, parece demandar métodos que expandam a compreensão do que seria a paisagem, ultrapassando a estrutura comum do diagnóstico, que prescreve soluções para problemas, gerando um programa. Mais do que meio ambiente natural que deva ser preservado ou adequado ao ambiente urbano, a paisagem, nesse contemporâneo registro, parece se referir, em especial, ao âmbito do cotidiano dos cidadãos e suas práticas.

Nessa abordagem, coloca-se em evidência uma ação que tem na paisagem e suas características o motor de seu projeto, enquanto processo criativo que envolve, concomitantemente, leituras do território e proposições de intervenção. Esse modo de projetar a paisagem exige a construção de abordagens condizentes que, no lugar de pré-definir intervenções para um dado lugar (um futuro parque, uma futura praça), pautam-se na leitura e frequentação do lugar para tornar visível o que já existe, imaginando outros, a partir de suas potencialidades. A expectativa é revelar experiências dessa paisagem de forma que seu planejamento, ou potencial projeto, possam ser constituídos através dessa articulação entre experiência direta com o real, repertório e criação.

O presente artigo propõe uma reflexão acerca de uma estratégia metodológica para se conhecer e projetar com a paisagem. Partindo de temas da fenomenologia, pretende-se apresentar um modo de conceber o projeto da paisagem que seja condizente com os novos temas e valores da cidade contemporânea. Para tanto, apresenta, como exemplo, um processo de projeto para o Parque da Orla do Monjolinho, experiência proposta por um grupo interdisciplinar, o GTPU, Grupo de Trabalho dos Parques Urbanos de São Carlos.

Na primeira parte do artigo, serão expostas as principais questões teóricas do campo da fenomenologia e da arquitetura da paisagem que corroboram a construção dessa estratégia metodológica. Partindo de reflexões presentes na geografia (DARDEL, 2015) e na fenomenologia (MERLEAU-PONTY, 1994), busca-se compreender a paisagem enquanto experiência direta, sem mediações. A questão aqui colocada é quais são as implicações e desdobramentos dessa abordagem para o campo projetual da arquitetura da paisagem, no contexto contemporâneo.

Na segunda parte, as questões teóricas serão confrontadas com um objeto empírico em uma experiência de projeto, explicitando as associações e significados construídos no processo de projeto do parque da Orla do Monjolinho, na cidade de São Carlos. A estratégia metodológica se apresenta, então, unindo leitura de trechos da bacia hidrográfica do córrego Monjolinho e propostas de intervenção, relacionando experiência, repertório e criação.

2 Uma estratégia metodológica para se projetar com a paisagem

O início do século XX foi marcado pela crítica à ciência positivista. O esforço de criar conceitos universais para sistematizar o conhecimento, processo que fundamentou boa parte do desenvolvimento da ciência em suas especializações, terminou, dialeticamente, por simplificar as complexidades do mundo. Há aqui duas questões que interessa observar: a primeira diz respeito a uma visão de todo, abrangente, que se perde nesse processo de especializações; uma segunda, fruto desta compartimentação dos saberes, é a busca por explicar as coisas a partir desse lugar da especialização.

O campo filosófico da fenomenologia se coloca como questionamento dessa ciência. O filósofo Maurice Merleau-Ponty (1994) caracteriza a fenomenologia como uma ciência pautada no *contato ingênuo com o mundo*, cuja compreensão prescindiria de símbolos e abstrações. Essa filosofia não almeja construir explicações do mundo, mas descrições. As totalidades produzidas não têm a pretensão de ser determinantes, mas uma aproximação por perfis, construídos pela experiência. O contato direto com as coisas, anterior a qualquer esforço reflexivo, seria o tema norteador dessa filosofia, colocando o corpo como centralidade na produção do conhecimento.

A noção de paisagem participou desse processo crítico sobre a produção de conhecimento. Até início do século XX, ela era compreendida como exterioridade, como fisionomia do mundo, numa clara separação entre sujeito e objeto. A partir das ideias defendidas pela fenomenologia, colocou-se em primeiro plano a apreensão da paisagem em sua dimensão de experiência, fazendo com que essa separação perdesse o significado.

Eric Dardel ([1952] 2015), geógrafo francês que se distanciou dos discursos predominantes de sua época (meados da década de 1950), trouxe reflexões da fenomenologia para o seu campo. O autor redefine seu

campo disciplinar, afirmando que a geografia é a experiência anterior aos conceitos científicos¹. Mais do que um campo de conhecimento claramente delimitado e dotado de uma cronologia, a geografia se relacionaria a *uma dimensão existencial que diz respeito à relação entre homem e Terra*. É nesse sentido que Dardel descreve as várias geografias, as quais não se organizam de maneira sucessiva ao longo das épocas, mas se tornam presentes segundo a postura que a humanidade apresenta perante o mundo. Geografia enquanto relação, seja de vínculos mais estreitos que se estabelecem nas relações de origem entre o mundo e a vida (geografia mítica), seja nos distanciamentos que caracterizam a busca da ciência pelo conhecimento de seu objeto de estudo, a terra (geografia científica).

Dentro das noções estabelecidas por Dardel, a paisagem seria compreendida a partir da presença humana e sua relação com o mundo no qual se insere. Dardel afirma que "muito mais que uma justaposição de detalhes pitorescos, a paisagem é um conjunto, uma convergência, um momento vivido, uma ligação interna, uma "impressão", que une todos os elementos" (DARDEL, 2015, p. 30, grifos nossos).

Afastando-se da definição predominante da paisagem da cultura ocidental, constituída principalmente pelas pinturas de paisagem e pelo sentido da visão, Dardel evoca a paisagem enquanto experiência: "não é, em sua essência, feita para se olhar, mas a inserção do homem no mundo, lugar de combate pela vida, manifestação de seu ser com os outros, base de seu ser social" (DARDEL, 2015, p. 32).

Retomando a questão do fenômeno para relacioná-lo uma vez mais à paisagem, no campo da Arquitetura e Urbanismo, a historiografia apresenta um movimento que faz aflorar a defesa da percepção em contraponto às grandes generalizações promovidas pela chave modernista do Racional Funcionalismo. No bojo das críticas elaboradas a partir da década de 60, tem-se toda uma gama de autores que vão construir a defesa de uma arquitetura pautada em questões da experiência, com notas de crescente subjetividade como questão vital de projeto, seja na percepção do movimento, com ênfase ao caminhar, e dos enquadramentos que desvendam a paisagem urbana (CULLEN, 1961), ou na produção de mapas mentais que participam da construção de um imaginário das cidades e seus significados (LYNCH, [1960] 2011), seja na afirmação da diversidade e mistura próprias da vida cotidiana (JACOBS, [1961] 2011).

No contexto contemporâneo, o protagonismo da experiência nos processos de leitura da cidade pode ser identificado nos escritos do arquiteto Francesco Careri, que apresenta em seus livros "*Walkscapes: caminhar como prática estética*" (2013) e "*Caminhar e parar*" (2017) um modo de se pensar a arquitetura que está vinculada ao modo de experienciar o espaço, percorrendo-o. A prática do caminhar considerada pelo autor, e que tributa à crítica mencionada no parágrafo anterior e avança em sua elaboração, diz respeito àquilo que permite conhecer a cidade através do movimento, que se revela *entre* os lugares edificados e determinados por significados referentes a lógicas dominantes. Segundo o autor, caminhar pelos espaços indeterminados da cidade, frequentar lugares que não possuem significados claros, permite conhecer partes da cidade em que se desenvolvem as múltiplas práticas do cotidiano urbano, e que permaneceram, de algum modo, invisíveis.

Os campos do conhecimento que tentam apreender as cidades contemporâneas se deparam com o seu caráter efêmero e com a desconstrução de conceitos que, por longos períodos, determinaram o que seria uma paisagem passível de fruição. O contexto dessa cidade é caracterizado pela indeterminação dos espaços que restam ao longo dos contínuos processos de transformação, decorrentes de determinações legais, dinâmicas do mercado imobiliário e das múltiplas formas de apropriação da cidade pela população. As paisagens cotidianas dessa atualidade urbana são pródigas naquilo que é supostamente desprovido de significados: passam despercebidas e não participam da percepção do indivíduo e dos grupos, não se qualificando como lugares.

A metodologia que aqui se ensaia procura dialogar com o desafio de incluir esses espaços nos processos de leitura, espaços que restaram de processos ocorridos ao longo de anos, palimpsesto de paisagens sobrepostas. Antes de tudo, apresenta uma perspectiva que pretende ser capaz de acessar as múltiplas camadas da paisagem, promovendo sua apreensão enquanto experiência: *é o contato direto com as coisas que agenciará os aspectos subjetivos e objetivos da paisagem*. Se a paisagem é experiência, projetá-la significa tornar apreensível tal experiência. Esse discurso está presente na atuação de alguns arquitetos contemporâneos, que buscam reconfigurar suas estratégias metodológicas de conhecimento e intervenção no território, segundo os aspectos da transitoriedade, da indeterminação, em evidência na atualidade.

O arquiteto da paisagem Bernard Lassus (1994) apresenta reflexões que indicam vínculos com as noções da fenomenologia. Seu processo de projeto é caracterizado por leituras do lugar de intervenção, que depreende esse contato direto com o real, apresentado anteriormente, e também consideram características históricas, aspectos físicos e percepções diversas. Lassus discorre sobre algumas estratégias e ideias que norteiam seu fazer projetual: a "atenção flutuante" seria aquela postura receptiva de quem busca conhecer um território, disposta a apreender os diversos aspectos que o compõem, sem que um programa pré-definido estreite essa leitura; o autor faz a distinção entre "escala visual", que diz respeito a tudo o que se configura como imagem,

e “escala tátil”, que abrange tudo aquilo que pode ser percebido para além da visão (odores, texturas, sons); traz a ideia de “intervenção mínima”, que seria um modo que transformar a percepção da paisagem sem alterá-la fisicamente, de forma intempestiva. Com essas noções, Lassus faz intervenções sutis que apresentam propostas de novas leituras de paisagens já existentes (LASSUS apud BAGLIANI, 2010; LASSUS, 1994).

Esse modo de interpretar a paisagem, que coloca em evidência o mundo vivido na escala do caminhante, permite acessar seus diversos aspectos, irredutíveis a uma visão de sobrevoou ou uma leitura que pretende quantificar as características do território. Enquanto as cartografias clássicas e as fotografias aéreas homogeneizam paisagens de borda, como margens de rios, ferrovias e rodovias, terrenos baldios e terrenos públicos não qualificados, a prática de percorrer tais paisagens revela suas distintas qualidades. O projeto, enquanto representação de uma proposta de qualificação de lugares, não se apresenta como solução a um diagnóstico, mas, antes, se instala como síntese possível dessas camadas, promovida transversalmente entre leituras e interpretações.

3 Paisagem e experiência: território, lugares e intervenção

Criado em 2017, através da Resolução CONDEMA 01/2017, o Grupo de Trabalho dos Parques Urbanos de São Carlos (GTPU) tinha inicialmente o objetivo de formular diretrizes para os Parques Urbanos instituídos pelo decreto nº 170 de 2017. Durante 2018, o GTPU desenvolveu uma estratégia que criou categorias de análise às quais se associaram parques, praças e ruas, baseadas na Unidade de Paisagem da bacia hidrográfica a partir da consolidação de um Sistema de Espaços Livres nas áreas públicas disponíveis. A ação do grupo, pautada por metodologia desenvolvida desde 2015 na disciplina de Paisagismo do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - IAU-USP, propôs a abordagem que promove o trânsito entre escalas, indo das esferas do planejamento ao desenho urbano. Como resultado, ao final de 2018, fundamentado em uma série de cartografias e informações complementares, foi apresentado, no SESC São Carlos, durante o V Seminário Veredas², o parque linear do Kartódromo-Cambuí, que já materializava parte da estratégia metodológica aqui apresentada em um processo de leitura e proposição de ocupação, fruição e conservação desse território da cidade.

Essa abordagem multiescalar e pautada no campo fenomenológico mostrou-se profícua. O GTPU escolheu como objeto de suas discussões trechos da bacia hidrográfica do córrego Monjolinho, principal bacia hidrográfica urbana da cidade de São Carlos, promovendo uma abordagem de planejamento e projeto, e aprofundando a estratégia metodológica, no ano de 2019.

Sob a coordenação das professoras Renata Bovo Peres (DCAm-UFSCar) e Luciana Bongiovanni Martins Schenk (IAU-USP), o grupo foi envolvido na construção de um processo de leitura que delimitou o território que receberia propostas projetuais. Foram realizadas caminhadas sem um trajeto pré-definido, que tiveram como referência o curso d’água que estrutura o território de recorte, o Córrego do Monjolinho. O percurso foi efetuado conforme interesse dos caminhantes, que seguiam a prerrogativa apresentada por Lassus relacionada à manutenção da *atenção flutuante*, expediente que procurava ampliar a recepção de estímulos. A experiência direta do real era objeto de trocas verbais no momento do campo. Fotografia e desenho, comentários e descrições compuseram um mosaico que foi reunido e debatido pelo grupo. Como desdobramento esperado, processos associativos apresentavam-se a partir das percepções que experimentavam os lugares, imaginando possibilidades. A experiência relacionava-se, então, a temas de uma urbanística contemporânea também presentes na pauta da arquitetura da paisagem.

Apesar de não ter sido estabelecida uma rota prévia, as caminhadas foram orientadas por uma ideia central ou princípio que norteia as ações do GTPU: como tornar os córregos visíveis e participantes do cotidiano da cidade, não mais os corpos d’água em registro de barreira ou catástrofe, mas como qualidade múltipla de percepção da paisagem. Em paralelo à experiência do campo, foram reunidas informações que comporiam outra aproximação necessária e geral sobre a bacia hidrográfica estudada, mas compreendida como abstrata e de sobrevoou (MERLEAU-PONTY, 1994). Tais informações consistiram em documentos como disposições legais de diversas naturezas, cartografias sobre a hidrografia, topografia, dados demográficos e sociais, e outras informações presentes no Plano Diretor, como Áreas Livres e de Recreio, Uso e Ocupação, informações sobre fragilidade ambiental, além de dados relacionados à conectividade e acesso, como linhas de transporte público, e informações de coletivos de ciclistas com rotas de bicicleta.

A articulação entre as duas escalas – de sobrevoou e a do caminhante – auxiliaram no processo de conhecimento do território, na medida em que eram identificadas *in loco* as informações levantadas na etapa de estudos sobre a bacia. As caminhadas realizadas ao longo do trecho do Córrego Monjolinho foram limitadas entre o Parque do Kartódromo e a Rodovia Washington Luís. Observou-se o contexto urbano das propriedades públicas assinaladas pelas cartografias, e das vias sem pavimentação indicadas pelas imagens aéreas e cartas da Prefeitura Municipal. A frequência desses lugares permitiu aprendê-los segundo novas perspectivas,

invisíveis à visão de sobrevoio, além de constatar uma série de características relevantes para se pensar potencialidades para o projeto.

Foram **identificados seis pontos de interesse** durante as caminhadas. O **primeiro**. Apesar da intensa frequência desse lugar, o córrego não participa dessas dinâmicas. Atravessa o território oculto pela vegetação das margens e pelas vias de tráfego, configurando-se como barreira. Em determinados pontos, o córrego pode ser visto, conforme mostra a Figura 2, e seu aspecto suscita a potencialidade lúdica que a água pode trazer ao projeto dos espaços livres. A qualidade desse encontro e os possíveis projetos são objeto de lembranças e narrativas.



Fig. 1: Primeiro ponto de interesse. Fonte: Acervo do Grupo de Trabalho de Planejamento dos Parques Urbanos, 2019.



Fig. 2: Córrego Monjolinho. Fonte: Acervo do Grupo de Trabalho de Planejamento dos Parques Urbanos, 2019.

Se o espaço do Kartódromo é frequentemente utilizado, seu entorno, sobretudo a margem esquerda do Córrego Monjolinho, apresenta um perfil indeterminado, encontrando-se em estado de abandono, com a presença de resíduos de diversas qualidades. Enquanto as cartografias e imagens aéreas mostram esses espaços como um conjunto homogêneo de vazios, a frequência permite desvendar características específicas de cada lugar e potenciais conexões. Existe uma via que margeia o córrego e que ainda não recebeu pavimentação (apesar da pressão de empreendedores testemunhada pelo poder público para que se torne uma convencional avenida marginal), como é possível ver na Figura 3. A paisagem que se configura é silenciosa, afastada dos fluxos dos automóveis e com presenças pontuais: a trilha marcada por pneus que percorrem esporadicamente o lugar; resíduos abandonados ao longo da margem do córrego; espécies vegetais aparentemente plantadas por moradores do entorno. O caminhante se encontra em um corredor conformado por muros de um lado, e vegetação da Área de Preservação Permanente, de outro. Eventualmente, é possível observar ou ouvir as águas do córrego Monjolinho ou as movimentações que ocorrem na margem oposta. A ideia de que essa experiência pudesse ser ampliada para a população percorreu os diálogos do grupo.



Fig. 3: Via não pavimentada na margem esquerda do córrego Monjolinho. Fonte: Acervo do Grupo de Trabalho de Planejamento dos Parques Urbanos, 2019.

Vários terrenos ao longo dessa via ainda não foram ocupados. Dentre eles, um dos terrenos à margem esquerda, de propriedade pública, se configura no **segundo** ponto e é apresentado na figura 4. Encontra-se em frente ao Kartódromo e, atualmente, uma parcela de sua área vem sendo utilizada como estacionamento de um estabelecimento comercial, enquanto o restante está coberto por vegetação sem manutenção. A declividade do terreno permite a visualização do espaço do Kartódromo e de um horizonte próximo de edificações. Aqui o grupo debate a possibilidade de unir o Kartódromo a uma futura praça, cujas qualidades complementaríamos o uso desportivo do Parque.



Fig. 4: Segundo ponto de interesse. Fonte: Maria Cecília Pedro Bom de Lima, 2019.

Subindo em direção a montante, mais um terreno público que ainda não foi ocupado apresenta a característica específica de corresponder a uma parcela de uma quadra, o que faz com que as edificações existentes conformem um paredão em uma das faces do terreno, como mostrado na Figura 5. Outra informação relevante que constitui esse **terceiro** ponto é que, assim como o Kartódromo, esse pequeno terreno já foi atravessado pelos meandros do córrego Monjolinho, conforme indica uma cartografia antiga da cidade.



Fig. 5: Terceiro ponto de interesse. Fonte: Acervo do Grupo de Trabalho de Planejamento dos Parques Urbanos, 2019.

O **quarto** ponto, apresentado nas Figuras 6 e 7, configura um percurso arborizado entre o córrego Monjolinho e as edificações existentes, que fornece uma trilha alternativa à rua. A “descoberta” desse lugar se deu a partir do percurso por paisagens que se apresentaram ao longo da caminhada. Aparentemente fora da rota dos fluxos cotidianos, esse trecho tem o potencial de ser uma opção de percurso distanciada da rua asfaltada e da presença dos automóveis, e próximo ao córrego. A frequência desse trecho permitiu conferir que, de fato, não se trata de um espaço fora das práticas cotidianas. Na ponte que finaliza esse trecho, por exemplo, foram observadas pessoas com varas de pesca na margem do córrego.

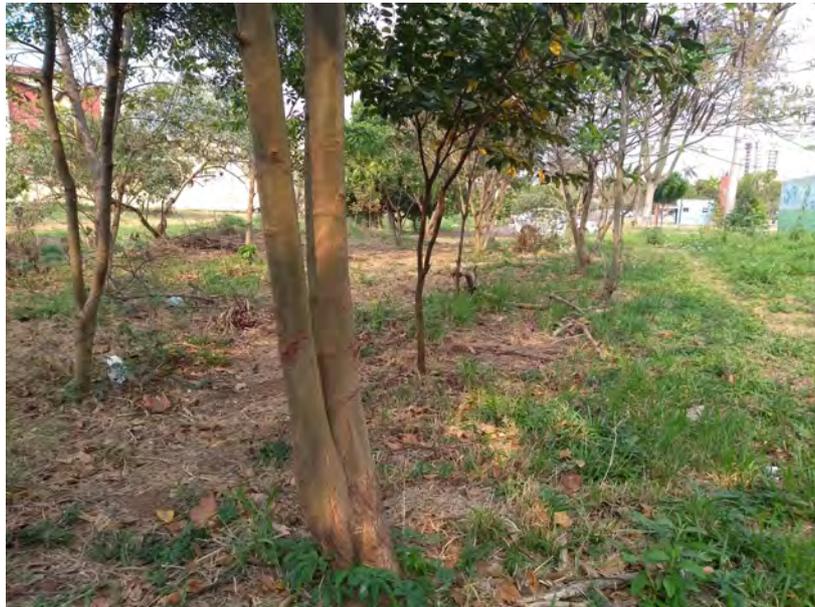


Fig. 6: Quarto ponto de interesse. Fonte: Acervo do Grupo de Trabalho de Planejamento dos Parques Urbanos, 2019.

O percurso prossegue após atravessar a ponte (Alameda dos Heliótopos). Trata-se de um trecho de preservação, agora na margem direita, com o chão repleto de folhas (serrapilha), e um relevo que permite maior aproximação com o córrego nos trechos de alargamento. Boa parte desse lugar, até alcançar a próxima ponte, apresenta formas de apropriação das margens do Monjolinho pela população: bancos improvisados, espécies vegetais ornamentais, um balanço.

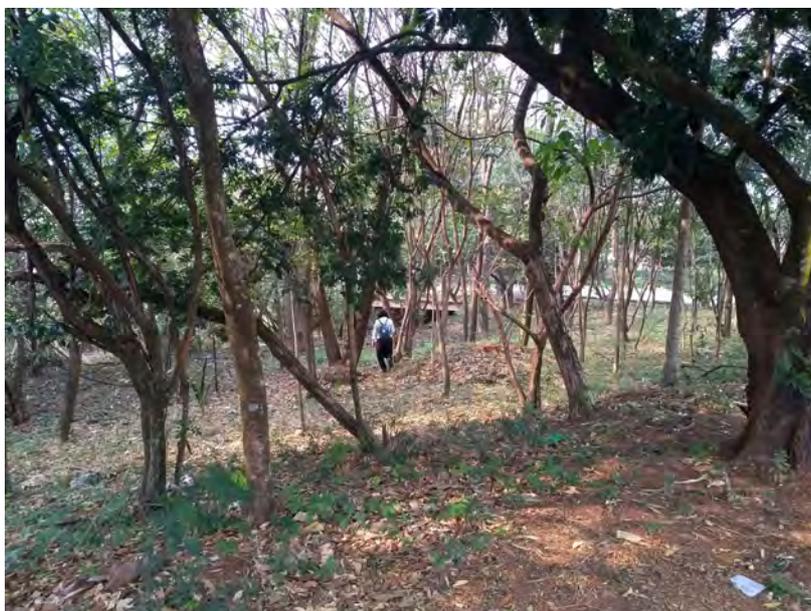


Fig. 7: Quarto ponto de interesse. Fonte: Acervo do Grupo de Trabalho de Planejamento dos Parques Urbanos, 2019.

O **quinto** ponto encontra-se entre o córrego e uma gleba de propriedade privada que margeia o córrego e que ainda não foi ocupada. Trata-se de um amplo espaço vazio, coberto por herbáceas e gramíneas, apresentado na Figura 8. Coincide com o final do percurso de quem caminha por aquela via sem pavimentação, delimitada por muros e vegetação da margem esquerda do córrego. Em distintos momentos de frequência, foram objeto de referência do grupo. Ali são reveladas paisagens diversas: de um amplo campo de vegetação em tons verdes e brancos na época de floração, a um campo carbonizado, após a “limpeza” pela queima da vegetação que se desenvolve sem controle. Resquícios de um portal de tijolos indicam um uso passado que não teve continuidade. Enquanto o terreno não recebe um empreendimento, ele permanece na condição de indeterminação, enquanto a cidade do entorno “dá as costas a ele”, como comentavam os participantes do grupo.



Fig. 8: Quinto ponto de interesse. Fonte: Acervo do Grupo de Trabalho de Planejamento dos Parques Urbanos, 2019.

O **sexto** ponto, apresentado na Figura 9, se refere a mais um espaço público que ainda não recebeu qualificação de projeto, mas que apresenta sinais de apropriação pela população, tais como bancos improvisados e um campinho de futebol. Nas proximidades desse lugar, existe uma horta comunitária e um ecoponto, o que demonstra o potencial de local de reunião e uso comum nesse trecho da cidade. Desse lugar, é possível avistar a outra margem na sua condição de promontório.



Fig. 9: Sexto ponto de interesse. Fonte: Acervo do Grupo de Trabalho de Planejamento dos Parques Urbanos, 2019.

As caminhadas realizadas permitiram a apreensão de características variadas às quais não se tinha acesso pelas cartografias, imagens aéreas e disposições legais. Lugares que, aparentemente, eram destituídos de qualquer significado ou uso. Contudo, sua experiência revelou vestígios de apropriação pelos moradores: mobiliário improvisado e pequenos jardins como extensão das residências, executados pelos moradores. Durante a frequência, já era possível vislumbrar potenciais propostas de projeto, de acordo com os aspectos observados e os usos já existentes. Essas propostas seriam discutidas em grupo, em uma segunda etapa do processo de projeto do Parque da Orla do Monjolinho.

O projeto do Parque da Orla do Monjolinho já está em pleno curso quando da visita a campo, e decisões acerca da valorização do ponto de vista do caminhante e do ciclista pautam os diálogos. As potencialidades são objeto de registro através de imagens e notações. Em um trecho indeterminado da cidade que recebe fortes pressões para se configurar como espaço do automóvel, lógica convencionalmente adotada por toda a cidade, mostra-se estratégico criar intervenções alternativas, que permitam articular a infraestrutura necessária para sua entrada no jogo urbano ao resguardo dos fluxos mais lentos e assim, possibilitar a apreensão de paisagens existentes nessa perspectiva.

À medida que vão sendo desenvolvidas as propostas através de desenhos relacionados às intervenções pontuais registradas ao longo do trecho que a equipe delimitou para o parque, colocam-se em evidência os momentos de vivência no lugar, das caminhadas pelas margens do córrego que suscitam o projeto. A partir de um esforço coletivo, são colocados no papel as possíveis intervenções. São ações construídas à luz dessa paisagem, relacionadas ao movimento dos corpos e suas percepções. Esse processo é explicitado na Figura 10.



Fig. 10: Estudos de projeto. Fonte: Acervo do Grupo de Trabalho de Planejamento dos Parques Urbanos, 2019.

Como diretrizes gerais, especialmente pensando na experiência de protagonismo do pedestre, foram indicados dispositivos de modo a afirmar o caráter local da via e reafirmar os usos existentes no Kartódromo. Tais dispositivos consistem em faixas elevadas em esquinas e nos trechos em frente aos espaços públicos, esquinas redesenhadas de modo a controlar a velocidade de veículos, além do desenho de um circuito de ciclovia, conforme mostra a Figura 11.



Fig 11: Implantação geral do Parque da Orla do Monjolinho. Fonte: Acervo do Grupo de Trabalho de Planejamento dos Parques Urbanos, 2019.

O entorno imediato do Kartódromo reúne um conjunto de espaços públicos de interesse: o primeiro foi denominado como Deck Prainha e consiste em um piso de madeira que permita a chegada dos usuários do parque do Kartódromo ao córrego Monjolinho. Essa ação materializa o desejo sempre presente de fazer com que a população possa fruir dos Córregos da cidade. O Deck está em frente à proposta da denominada Praça do Pôr do Sol, o segundo ponto eleito nas atividades de leitura e que traduziam o desejo de ligação entre os espaços livres públicos, assinalado na visita a campo. Esse lugar apresenta o potencial de receber a expansão das atividades que ocorrem no Kartódromo. A conexão visual se associa a uma conexão física com uma pequena ponte para pedestres que une os dois espaços públicos. A conexão entre esses dois espaços, explicitados na Figura 12, busca eliminar o caráter de barreira do córrego, observado durante as caminhadas. O córrego se transformaria em lugar de convergência, ao atravessar espaços que poderiam abrigar diversas atividades coletivas.



Fig. 12: Imagens do projeto do Deck Prainha e da Praça do Pôr do Sol. Fonte: Acervo do Grupo de Trabalho de Planejamento dos Parques Urbanos, 2019.

Mais à frente (a montante do córrego), o outro terreno público, percebido nas visitas como terreno desocupado e cercado de muros cegos, passa a ser chamado de Praça Molhada, apresentada na Figura 13. Esta pequena praça configura o terceiro ponto e desempenhará o papel de retenção de água nas épocas de cheia, participando uma vez mais da lógica hidrológica, e operando como memória do curso do córrego que, um dia, conforme provam as cartografias, passou por ela. Apresenta um desenho simples, com um trapiche de madeira sobreposto à área que será alagada. Na face do terreno que faz divisa com as construções, são colocadas duchas para reforçar o contato lúdico com a água nesse espaço.



Fig. 13: Imagens do projeto da Praça Molhada. Fonte: Acervo do Grupo de Trabalho de Planejamento dos Parques Urbanos, 2019.

As intervenções propostas são mais evidentes na Praça do Pôr do Sol e na Praça Molhada, visto que as características dos usos existentes e os partidos de projeto adotados segundo esses usos demandam uma infraestrutura que não existe no local. Por outro lado, a próxima sequência de espaços é pensada segundo ações sutis, que transformam minimamente as características físicas do lugar. Algo que se aproximaria da chamada "intervenção mínima", descrita por Bernard Lassus. Diferente dos outros dois espaços, que apresentam o potencial de estruturar determinados usos que necessitam de intervenções de maior porte, a

proposta para estes espaços é tornar visíveis as paisagens já existentes. Na mesma região, na margem direita do córrego, o espaço arborizado recebe a proposta de um pomar e de um trecho de ciclovia, conforme mostra a Figura 14. Seguindo por essa margem, após atravessar a ponte, propõe-se a consolidação de uma trilha de terra batida ou pedrisco, com um lugar de estar mais próximo do córrego. O objetivo, nesse quarto ponto, é evidenciar um espaço de contemplação, de exploração e aproximação com o curso d'água que se revelou em sua qualidade lúdica ao longo de toda a atividade de campo.



Fig. 14: Imagens do projeto para o ponto quatro. Fonte: Acervo do Grupo de Trabalho de Planejamento dos Parques Urbanos, 2019.

Os dois últimos espaços incluídos no projeto do parque são pensados em conjunto. Na área pública, cria-se a Praça do Bosque, apresentada na Figura 15, e consolida-se um campinho de futebol, tirando proveito da movimentação de terra já efetuada para a construção de uma singela arquibancada, que servirá também como lugar de estar. Uma trilha larga percorre a quadra e é atravessada por linhas de plantio de árvores. Mais próximo do córrego, é proposto um pouso que reforça a conexão visual com a outra margem. Nesta outra margem, é proposto um local de retenção das águas do córrego nos períodos de cheia. Em se tratando de uma interface entre um curso d'água e uma propriedade privada que está prestes a receber um novo empreendimento, é proposto um estudo volumétrico de uma edificação com fachada ativa, que configure uma Rua da Orla, referente à Figura 16, um calçadão em frente ao córrego com potencial de transformar esse lugar em um ponto de interesse para visitação. As intervenções de maior porte retomam o partido de projeto adotado para esses dois últimos espaços, em diálogo com o que foi observado durante as caminhadas: trata-se de um lugar que reúne usos coletivos em suas proximidades (horta comunitária, ecoponto) e que se mantém indeterminado, mas que, inevitavelmente, receberá novos empreendimentos, transformando completamente a paisagem atual. O que se propõe aqui é um possível caminho que oriente essa transformação, buscando uma congruência com os usos existentes e a presença do córrego Monjolinho.



Fig. 15: Imagens do projeto da Praça do Bosque. Fonte: Acervo do Grupo de Trabalho de Planejamento dos Parques Urbanos, 2019.



Fig. 16: Imagens do projeto da Rua da Orla. Fonte: Acervo do Grupo de Trabalho de Planejamento dos Parques Urbanos, 2019.



Fig. 17: Implantação geral do projeto do Parque da Orla do Monjolinho. Fonte: Acervo do Grupo de Trabalho de Planejamento dos Parques Urbanos, 2019.

4 Considerações finais

Este artigo buscou apresentar uma reflexão sobre a questão do método de pesquisa no campo da Arquitetura da Paisagem, que envolve a elaboração de estudos e intervenções na cidade e sua paisagem. Foi explicitada uma estratégia metodológica de projeto da Paisagem que transita entre distintas perspectivas de leitura da paisagem, sendo elas, uma visão abrangente e abstrata, que permite a compreensão sistêmica de um território e a quantificação de suas características, e uma apreensão na escala do caminhante, que corresponde às experiências de paisagem suscitadas pelo contato direto com o real.

A perspectiva do caminhante é colocada em evidência, na medida em que permite experienciar os múltiplos aspectos da paisagem que escapam à visão generalista, criticada como de sobrevo. A frequência do território de intervenção apoia a formulação de propostas projetuais que levam em consideração as paisagens já existentes, constituídas pelas práticas cotidianas dos moradores. Percorrer esse território permite observar que se trata de um lugar pleno de significados. Os significados se expressam por meio de presenças e apropriações, desdobramentos que passam despercebidos ao olhar técnico que prioriza as funções, geralmente deixando de lado a dimensão subjetiva e sensível da paisagem.

Esta estratégia metodológica tem o intuito de construir um processo de projeto que caminha junto com a leitura e conhecimento do lugar, e a abordagem não se estrutura segundo um programa de projeto pré-estabelecido. O que se propõe é criar formas alternativas de se perceber e abordar uma paisagem relacionando-a à imaginação e proposição de lugares. Evidentemente, não se trata de ignorar as questões que há tempo fazem parte do projeto da paisagem, sobretudo, as questões ambientais. Trata-se, na verdade, de agenciar os distintos perfis da paisagem, através de um processo criativo que parte da premissa de que é imprescindível percorrer, caminhar por esse espaço, adotando uma postura atenta e aberta às associações: trata-se de se deixar afetar pelas diversas manifestações de paisagem

O Grupo de Trabalho dos Parques Urbanos de São Carlos se constitui como espaço privilegiado para a experimentação dessa estratégia metodológica, reunindo representantes de diversos campos disciplinares e constituindo um coletivo que tem como interesse comum pensar os espaços livres da cidade de São Carlos. A proposta para o Parque da Orla do Monjolinho, cuja implantação geral é apresentada na Figura 17, se coloca

como uma possibilidade, uma forma de se conceber os espaços livres da cidade, alternativa às lógicas que têm predominado no processo de construção da cidade contemporânea.

Referencias

BAGLIANI, F. (Org.). **Paesaggio: un'esperienza multiculturale**: scrittu di Bernard Lassus. Roma: Kappa, 2010.

BESSE, J.-M. **O gosto do mundo**: exercícios de paisagem. Rio de Janeiro: Eduerj, 2014.

BESSE, J.-M. **Ver a terra**: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia. São Paulo: Perspectiva, 2006.

CARERI, F. **Caminhar e parar**. São Paulo: Gustavo Gili, 2017.

CARERI, F. **Walkscapes**: o caminhar como prática estética. São Paulo: Gustavo Gili, 2013.

CULLEN, G. **Paisagem urbana**. Lisboa: Edições 70, 1961.

DARDEL, E. **O homem e a terra**: natureza da realidade geográfica. São Paulo: Perspectiva, 2015.

JACOBS, J. **Morte e vida das grandes cidades**: 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

LIMA, M. C. P. B. de. **Paisagem, cartografia e projeto**: uma leitura da bacia hidrográfica do córrego Monjolinho em São Carlos, SP. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). IAU-USP: São Carlos, 2019.

LASSUS, B. L'obligation de l'invention: du paysage aux ambiances successives. In: BERQUE, Augustin (Org.). **Cinq propositions pour une théorie du paysage**. Mayenne: Champ Vallon, 1994, p. 81-106./p>

LYNCH, K. **A imagem da cidade**: 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da Percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

1 "Mesmo desgastado pelo uso, o vocabulário afetivo afirma que a Terra é apelo ou confiança, que a experiência do rio, da montanha ou da planície é qualificadora, que a apreensão intelectual e científica não pode extinguir o valor que se encontra sob a noção. (...) Entre Homem e a Terra permanece e continua uma espécie de cumplicidade no ser". (DARDEL, 2015, p. 6).

2 Os Seminários Veredas são eventos anuais organizados pela OSCIP Veredas e realizados no SESC São Carlos, com o intuito de apresentar discussões sobre as bacias hidrográficas que compõem o território da cidade de São Carlos, em especial, a bacia do Córrego Santa Maria do Leme.